

# Os Comandos Nacionalistas de Brizola: atuação e repressão em Santa Catarina em meados de 1964

*Brizola's Nationalist Commandos: actions and repression in Santa Catarina in mid-1964*

Chiara Lua Tamanini Pinto<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo pretende elucidar o caráter dos Comandos Nacionalistas, liderados por Leonel Brizola e entender como o trabalhismo foi imputado como atividade subversiva às vésperas e durante o período conhecido como ditadura militar brasileira (1964-1985). Com foco na atuação desses grupos em Santa Catarina e na perseguição sofrida pelos mesmos a partir do golpe de 1964, pretende-se analisar, através de documentos mencionados na Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright, o caráter das acusações e a forma com que foram imputados de atividade subversiva, compreendendo melhor o cenário que se encontrava o estado de Santa Catarina tomado pelo regime militar.

**Palavras-chave:** Ditadura, Grupo dos Onze Companheiros, Repressão, Santa Catarina.

**Abstract:** This article aims to elucidate the character of the Nationalist Commands, led by Leonel Brizola, and to understand how Labourism was imputed as a subversive activity on the eve of and during the period known as the Brazilian military dictatorship (1964-1985). Focusing on the work of these groups in Santa Catarina and the persecution they suffered after the 1964 coup, the aim is to analyse, through documents mentioned in the Paulo Stuart Wright State Truth Commission, the nature of the accusations and the way in which they were accused of subversive activity, in order to better understand the scenario in which the state of Santa Catarina was taken over by the military regime.

**Key-words:** Dictatorship, Group of Eleven Companions, Repression, Santa Catarina.

## Introdução

No dia 1 de abril de 1964 foi instaurado no país, através de um golpe arquitetado por generais das forças armadas brasileiras, o regime militar brasileiro, marcado pela repressão violenta do Estado para com a população civil e opositores políticos em nome de salvar o país das ditas forças comunistas. No mesmo mês, mais de duzentas pessoas foram presas no oeste de Santa Catarina acusadas de pertencerem aos Grupos dos Onze, evidenciando a perseguição a este grupo — que se tratavam de brizolistas que tinham como objetivo defender o governo de João Goulart e manter o exercício da democracia enquanto lutavam pelas reformas de base.

O relatório da Comissão Estadual da Verdade apontou essas prisões em massa como sendo uma violação de direitos civis, e cita também um caso de açoitamento de membros destes

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: chiaraluatamanini@gmail.com.

grupos também no oeste do Estado. Além disso, foi comum a perseguição contra membros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), juntamente com outros setores de esquerda igualmente acusados de subversão e de terem participação em um suposto golpe de esquerda.

Considerando o cenário político brasileiro que antecedeu o golpe de 1964, é possível identificar a emergência de um forte discurso anticomunista dentro do país, que coincidiu com o fim da Segunda Guerra Mundial e, como consequência, do início da Guerra fria. A partir daí, esse discurso foi alavancado pelos EUA, que se colocavam como combatentes do socialismo soviético e de uma emergência do comunismo ao redor do mundo (Grisolio Mendes, 2012, p. 107-108). No Brasil, o início desse conflito de escala mundial se deu em sincronia com o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), que se caracterizou pelo caráter conservador e forte alinhamento aos EUA nas esferas política e ideológica, incluindo a perseguição ao comunismo<sup>2</sup> (Grisolio Mendes, 2012, p.116).

O alinhamento brasileiro às políticas estadunidenses de combate ao comunismo foi resultado de um forte pensamento anticomunista já existente desde as décadas de 20 e 30, que ressurgiu nos moldes estadunidenses a partir da Guerra Fria (Grisolio Mendes, 2012, p. 117). Esse anticomunismo perdurou até o início da década de 1960, onde sua influência na política brasileira acarretaria no golpe de 1964 (Motta, 2000, p. 286).

Influenciados pelos acontecimentos em Cuba, as políticas estadunidenses e uma crescente influência da esquerda brasileira — tais como a reestruturação do PCB, o surgimento da Ação Popular (AP), as Ligas Camponesas e as ações do movimento operário —, os setores conservadores e a classe dominante brasileira despertaram ainda mais perante uma ameaça comunista (Motta, 2000, p.288). Tudo isso foi agravado pelo governo de Jânio Quadros e sua política externa independente em relação aos EUA e, mais ainda, com sua renúncia em 1961. João Goulart, vice de Jânio Quadros, com seu governo alinhado à esquerda reformista e simpático à Cuba, fortaleceu os anticomunistas e gerou, por exemplo, a tentativa de impedimento de sua posse (Motta, 2000, p. 289).

Dessa forma, a repressão contra os Grupos dos Onze remonta a um fenômeno que já vinha sendo construído dentro da política brasileira e foi fomentado pelo cenário mundial, principalmente pelas políticas estadunidenses, de combate a uma ameaça comunista. Esses fatos causaram, mais tarde, pânico nacional que seria usado como justificativa dos militares para promover o golpe de 1964 e executá-lo, exercendo sua repressão sobre grupos

2 Foi durante o governo de Dutra que houve um forte alinhamento das forças armadas brasileiras com as estadunidenses sob influência da Doutrina de Segurança Nacional, que tinha como principal objetivo o combate ao comunismo. A partir disso, todo o aparato militar brasileiro foi reorganizado a partir das práticas e ideias do exército dos EUA, fortalecendo as forças militares aqui presentes (Mendes, 2012, p.117).

supostamente subversivos ao considerá-los comunistas — como é o caso dos trabalhistas, brizolistas e membros do Grupo dos Onze, que são foco deste artigo. O objetivo é discutir o trabalhismo brasileiro e suas especificações em Santa Catarina, assim como os discursos por trás das acusações de subversão presentes nas violações cometidas pelo Estado durante o regime militar para com esses grupos.

### **A figura de Brizola e o Trabalhismo em meados do golpe**

Desde a campanha por legalidade em 1961, Brizola se consolidou como um líder capaz de conciliar as classes em prol da defesa da constituição e da democracia, como no episódio em que mobilizou a população gaúcha para defender a posse de João Goulart após a tentativa de golpe parlamentar por parte dos militares em decorrência da renúncia de Jânio Quadros (Pacheco, p. 61). Brizola pode ser diretamente ligado ao trabalhismo e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e sua figura pode ser considerada singular por mudar os rumos do movimento trabalhista através da sua radicalização após a campanha pela legalidade liderada pelo mesmo em 1961 (Pacheco, 2011, p. 230-231).

Diego Pacheco (2011) se atenta para a diferenciação entre trabalhismo e getulismo, frequentemente relacionados; ainda que a retórica trabalhista tenha surgido em meados de 1945 com o fim do Estado Novo e em decorrência das políticas trabalhistas de Getúlio Vargas, o movimento tomou novos rumos a partir da década de 50, graças a novas lideranças, como Leonel Brizola. Isso aconteceu graças ao político promover a radicalização do movimento a partir de um pensamento nacionalista contra o imperialismo norte-americano e a expropriação de terras, além da movimentação direta ao promover a campanha por legalidade e levantar forças civis e militares contra a tentativa de golpe parlamentar e defender a posse de João Goulart em 1961 (Pacheco, 2011, p. 230).

Entender o lugar do trabalhismo, do brizolismo e do próprio Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assim como da figura do Brizola, ao longo das décadas — em especial no período às vésperas do golpe que colocou os militares no poder em 1964 —, é imprescindível para se ter um panorama político e social que acabou por originar o Grupo dos Onze (ou Comandos Nacionalistas) e como acabaram por ser considerados subversivos dentro do regime militar, levando à repressão dos mesmos inclusive do estado de Santa Catarina. Apesar de a campanha pela legalidade começar no Rio Grande do Sul, com Brizola tomando o Palácio Piratini em Porto Alegre e a movimentação da população gaúcha ao pegar em armas contra um possível golpe, o movimento pela posse de Jango e defesa da Constituição teve repercussão nacional graças à tomada da Rádio Guaíba e uma campanha radiofônica que dava voz ao

movimento e ficou conhecida como Rede da Legalidade; os discursos em defesa da democracia foram retransmitidos em cerca de 150 emissoras (Napolitano, 2014, p. 33-34).

Napolitano (2014) explica o cenário político de 1962 em diante como sendo caracterizado por uma pressão por parte dos setores, tanto da esquerda quanto da direita, para com o governo de João Goulart (Napolitano, 2014, p. 35). As esquerdas, nas quais se enquadram os petebistas e brizolistas, reivindicavam melhores condições, enquanto os generais militares continuavam a se opor ao governo de Jango, e articulavam o golpe. Goulart decide, ainda em 1962, tomar para seu governo a pauta das reformas de base — principal luta das esquerdas no momento —, que se caracterizavam pela “reforma agrária, bancária, eleitoral, tributária, sem falar na regulamentação da remessa de lucros das multinacionais para suas matrizes” (Napolitano, 2014, p. 36).

Enquanto as esquerdas viam nas reformas uma possibilidade de revolução brasileira, as direitas se viam ameaçadas e ainda se articulavam contra o presidente democraticamente eleito. Napolitano reforça, ainda, que os trabalhistas e reformistas vinham mostrando sua força política, que era expressada nas urnas, pelo número expressivo que o PTB recebia; essa esquerda, definida por Napolitano (2014, p. 38) como essencialmente trabalhista, socialista e comunista, se viu ainda mais vitoriosa com o fim do parlamentarismo — condição negociada com os militares que possibilitou Jango de Governar em 1961, em meio à tentativa de golpe —, que chegou ao fim em 1963, e serviu de combustível para se acreditar que a vitória na questão das reformas estava praticamente ganha.

Já em Santa Catarina, ao contrário do estado vizinho, não houve grande movimentação em defesa da legalidade, tampouco o governador Celso Ramos pronunciou-se contrário ao possível golpe, em 1961, mantendo uma posição neutra (Pacheco, 2014, p. 78). No entanto, apesar da negligência por parte do governo, a população catarinense, em especial da cidade de Florianópolis, se viu extremamente afetada pela campanha de legalidade. Até 1961, cogitava-se, ainda, a possibilidade de Brizola disputar eleições no estado nos próximos anos, devido ao potencial de crescimento e fortalecimento do PTB em Santa Catarina<sup>3</sup>, já que o estado sofria uma forte influência das tendências políticas gaúchas (Pacheco, 2014, p. 65-66). Com a campanha pela posse de Jango, o estado se viu como ponto estratégico para as ações militares da resistência brizolista contra a tentativa de golpe, sendo palco das disputas militares entre legalistas e golpistas; o Contra-Almirante Luiz Clóvis de Oliveira acusava o governo do Rio

3 Diego Pacheco (2014, p. 112), em seu livro *Os Times do Povo* (2014), define o nacionalismo de Brizola a partir das concepções de Eric Hobsbawm sobre um nacionalismo característico das esquerdas, que contaria com ideias antifascistas e, no caso da América Latina, anti-imperialistas, também.

Grande do Sul de distribuir armas para a população, alimentando, assim, atividades subversivas, e censurou, sob seu comando, as emissoras de rádio e periódicos da cidade (Pacheco, 2014, p. 79). Dessa forma, a figura de Brizola foi consolidada em território catarinense, ganhando considerável apoio aos ideais nacionalistas e trabalhistas, trazendo simpatizantes para a causa.

Claiton Marcio da Silva e Carla Aparecida Rigo (2019) tratam, ainda, de um embate entre trabalhistas e o mandonismo político local, no oeste do estado de Santa Catarina. Nesta região, as eleições de políticos do PTB em nível consideravelmente expressivo teriam modificado as estruturas políticas locais a partir de 1950. Segundo os autores, ainda que o trabalhismo tenha sido introduzido na região com o fim do Estado Novo e com as ideologias getulistas, ganhou força após a década de 50 e após 60, com a campanha por legalidade de Brizola. Além disso, esses eventos coincidem com o momento, segundo Yan Carreirão (1988), de maior expressão do partido (PTB) em Santa Catarina. Em 1960, é eleito Doutel de Andrade — político muito ligado a João Goulart e presidente do PTB em Santa Catarina, sendo considerado um grande líder trabalhista — como Vice-Governador do estado. A partir daí, há um maior alinhamento do partido ao PTB do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, por exemplo, se posicionando mais à esquerda reformista (Carreirão, 1988, p.62-65).

A partir disso, se instaurou um pensamento brizolista, caracterizando o trabalhismo e o PTB como partes de um movimento mais radical, sendo, mais tarde, acusados de serem comunistas durante a ditadura (Silva e Rigo, 2019, p. 48-49). O oeste catarinense, ainda que não tenha sido palco de confronto direto, como foi o caso de Florianópolis, também foi fortemente influenciado pela campanha por legalidade de 1961: graças às redes de rádio trazendo informações e à proximidade física com cidades gaúchas, bem como número considerável de imigrantes gaúchos no estado, se abriu espaço para uma nova geração de políticos preocupados com questões sociais, sendo essa nova força política análoga ao brizolismo (Silva e Rigo, 2019, p. 54).

### **Os grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas**

Nesse contexto de sentimento de grandeza das esquerdas, o ar de um possível golpe por parte de uma direita intimidada pairava no ar, o que resultou em mais uma ação de Brizola em defesa da democracia: a criação dos Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas. Diego Pacheco (2011) explica a formação desse grupo como resultado da rede de informações e resistência formada pela ala radical do PTB e por Brizola através de

divulgações radiofônicas, como foi o caso da Rádio Mayrink Veiga, e do periódico Panfleto — que circulou durante os meses anteriores ao golpe (Pacheco, 2011, p. 232).

Foi inspirada no sucesso das ações de Brizola em 1961, que, em 1963, a ala mais radical do PTB passou a transmitir discursos de Brizola para todo o país através da rádio Mayrink Veiga, do Rio de Janeiro, até formar uma rede nacional de informações sobre a conjuntura política do país e clamando por luta, a chamada Rede de Esclarecimento (Pacheco, 2011, p. 233). Se chamava Rede de Esclarecimento pois o objetivo era levar informações de âmbito político e econômico à população, articulando os temas com o cotidiano e problemas atuais, principalmente da classe trabalhadora, ao tratar do alto custo de vida, salários baixos e a inflação. (Pacheco, 2012 p. 118-119). Da mesma forma, surgiu, em fevereiro de 1964, o semanário Panfleto, que circulou até abril, mês do golpe, e se juntou à rádio Mayrink Veiga como parte da rede de difusão de informações através de um amplo sistema de propaganda nacionalista. A divulgação do Panfleto era de responsabilidade de membros do PTB e de demais militantes de outros movimentos sociais e contava com um ideário tipicamente brizolista, com ideias nacionalistas<sup>4</sup>, anti-imperialistas e anti-colonialistas (Pacheco, 2014, p. 109).

A Cadeia de Esclarecimento — promovida pela rádio e pelo semanário, como mencionados — é importante para entender a formação dos Grupos dos Onze, pois serviu de inspiração para a formação dos grupos, bem como para divulgar suas ideias e estimular a criação de outros grupos, assim como entender os ideais que defendiam os membros destes. No final de 1963, através da rádio, Brizola já encorajava a população para a criação de grupos de onze pessoas, inspirados em times de futebol, já que era um esporte com grande apelo popular no país, para que formassem uma cadeia unificada e lutar pela manutenção da democracia e pelas reformas de base. Eram, então, “Times do Povo”.

Foi através do Panfleto que os Grupos dos Onze passaram a ter um regimento próprio, e já na primeira edição do semanário foram publicadas as metas das organizações: 1) Defesa das conquistas democráticas; 2) implantação imediata das reformas de base; 3) libertação nacional da espoliação internacional<sup>5</sup> (Pacheco, 2012, p. 120). Neste regimento, fica claro o caráter dos grupos, que deveriam, então, defender a democracia, lutar pelas reformas de base e

4 O Panfleto, Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1964, n. 1, p. 14-15, citado em: PACHECO, Diego. **Ecoss da Resistência**: os grupos dos onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961-1964). 2012. 193 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

5 O regimento se encontra disponível na dissertação de Diego Pacheco citada acima: PACHECO, Diego. **Ecoss da Resistência**: os grupos dos onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961-1964). 2012. 193 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

o caráter nacionalista característico dos discursos de Brizola. Além disso, também através do semanário, foram divulgadas datas para a formação dos grupos, onde os interessados poderiam ficar sabendo do movimento e se inscreverem para se juntar a ele. Estas deveriam ser preenchidas e encaminhadas para a Rádio Mayrink Veiga, e deveriam conter os nomes de um líder e onze participantes, sendo que, ao assinar, também estariam comunicando a Brizola, líder nacionalista, dos objetivos já citados antes no regimento<sup>6</sup> (Pacheco, 2012, p. 122).

Em Santa Catarina, Diego Pacheco (2012) trata dos participantes desses grupos como sendo “pessoas comuns”, sem necessariamente ter uma ligação direta com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), visto que, para o autor, o partido não obteve muito alcance nas áreas rurais e urbanas, como em Florianópolis. Ainda assim, não nega que a figura de Brizola como líder nacionalista, bem como seu papel na campanha pela legalidade, tenham tido enorme impacto no estado. O autor também define membros dos comandos nacionalistas (outra forma pela qual eram chamados os participantes do G-11), como sendo trabalhadores urbanos em sua maioria, que não possuíam necessariamente ligação ou amores por nenhum partido, mas viram o movimento que se formava como uma oportunidade de alcançar seus objetivos nas mudanças sociais (Pacheco, 2012, p. 123). Ao caracterizar os participantes de maneira geral, Pacheco (2012) traçou um perfil claro dos participantes: eram trabalhadores urbanos em sua maioria, que exerciam profissões características de ambientes com algum nível de urbanização, como operários, funcionários públicos, banqueiros, carteiros, barbeiros e demais trabalhos de prestação de serviços, sendo identificados apenas dois membros com curso superior e, além disso, eram essencialmente homens, de uma faixa etária que variava dos 17 anos e dos 40 em diante (Pacheco, 2012, p. 125).

O fato é que, as pessoas comuns se engajaram a participar dos Grupos dos Onze, temendo pelo futuro da democracia, ao perceber as movimentações dos setores conservadores da sociedade, que se colocavam contra o governo. Além disso, alguns foram também agitados pelos discursos de Brizola, e viram em sua ação direta e em suas ideias a possibilidade de conseguirem mais direitos sociais através das reformas de base, por exemplo. Diego Pacheco (2011) identifica em várias falas de ex-membros destes grupos alguns objetivos claros almejados por eles, como o desejo de uma mudança nas estruturas sociais e a luta por um Estado de direito, assim como o desejo de serem vistos e de participar da política de forma ampla em busca de reivindicações por melhores condições. Além disso, identifica-se nestes

6 Yan Carreirão (1988, p. 34-35) define a UDN (daí os udenistas) como um partido anti-varguista, de ideias econômicas liberais e anti-estatisas. Eram contra reformas sociais e apoiavam a ideia de uma intervenção militar e se colocavam contra a dita “infiltração comunista”.

entrevistados uma forte aproximação com ideias trabalhistas tais como o getulismo e o brizolismo, o que ressalta a ligação direta entre a figura de Vargas e Brizola, frequentemente postas lado a lado por pessoas que se viam nos discursos de ambos. Além disso, também pontuam o carisma de Brizola como líder como tendo parte significativa para tanto apoio para com o mesmo (Pacheco, 2011, p. 239-240).

### **A repressão em Santa Catarina**

A partir do golpe de abril de 1964, os Grupos dos Onze Companheiros passaram a ser caçados em todo o estado e, para entender o motivo da repressão contra estes, é importante entender como a subversão era inculcada sobre eles. As acusações de subversão direcionadas aos grupos estão diretamente ligadas às origens dos grupos, que remontam aos primórdios do trabalhismo até chegar no líder Brizola com suas movimentações e ideias nacionalistas e reformistas. Estas sucessões de eventos levaram a pontos cruciais dentro do cenário político da época no país, sendo eles o surgimento do PTB e da retórica do trabalhismo durante o Estado Novo até o brizolismo como ideologia, a campanha pela legalidade e as Redes de Informação, até a criação dos Grupos dos Onze e o seu fim, com a perseguição política e a repressão com o início da ditadura. No entanto, não foi do nada que os membros dos grupos e demais trabalhistas foram tidos como alvo do regime e, tampouco, começou com a ocorrência do Golpe.

Já no início da propagação dos discursos de Brizola na Rádio Mayrink Veiga, em 1963, jornais catarinenses o criticavam, criando títulos de manchetes acusando-o de incitar a subversão e agitação com seus discursos (Pacheco, 2011, p. 233). Em 1964, Brizola e todo o movimento brizolista significava, de um ponto de vista simplificado, a mesma ameaça aos conservadores que os comunistas, já que, com a crescente radicalização de Brizola, o movimento trabalhista que seguia a mesma linha deste líder acabava por atingir com seus discursos demais setores da esquerda.

No início do ano de 1964, o trabalhismo brizolista, e, conseqüentemente, a própria imagem de Brizola, fortificado por espaços próprios em meios de comunicação de massa, atravessa os movimentos estudantil e sindical, a baixa oficialidade das forças armadas, aglutina setores mais radicais do movimento nacionalista e atrai a Ação Popular (AP), a Política Operária (POLOP), o grupo compacto do PTB e os mais à esquerda do PCB (Pacheco, 2011, p. 242).

Além da visão generalizadora e acusatória, a imprensa por diversas vezes acusou os membros dos Grupos dos Onze de formarem um tipo de resistência armada, os colocando como perigosos para a ordem, o que Diogo Pacheco refuta, ao analisar relatos de ex-membros,

constatando que não faziam esse tipo de armações, e sequer teriam condições de tentar (Pacheco, 2011, p. 241). Ainda através da imprensa, em Santa Catarina, o discurso anticomunista foi propagado por udenistas<sup>7</sup>, discurso que se intensificou com a campanha por legalidade, colocada também como estratégia comunista: “Com a aliança entre PTB, PSD e PCB, a UDN passou a aumentar o tom das acusações de que os pessedistas também eram comunistas” (Silva e Rigo, 2019, p. 52).

A Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright foi realizada em Santa Catarina para auxiliar a Comissão Nacional da Verdade de nível nacional, que começou suas atividades em 2014 e procurou expor e esclarecer os crimes e violações de direitos humanos cometidos pelo Estado, cobrindo o período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988, mas com foco nos anos da ditadura militar (1964-1985). A CEV-SC teve como foco, justamente, as violações ocorridas no estado de Santa Catarina, e menciona o Grupo dos Onze algumas vezes, expondo a repressão sofrida pelos mesmos e menciona alguns documentos, sendo um deles o foco dessa análise. Para isso, vale dar um panorama geral da forma como o grupo é colocado no relatório final da Comissão.

O capítulo de número 13 (chamado “Torturas e maus tratos”), cita casos dessas práticas, sendo um deles o açoitamento de camponeses, integrantes do Grupo dos Onze, na região de Joaçaba e Oeste Catarinense. Enquanto o capítulo 20 (“As graves violações nos grupos políticos insurgentes”) cita quatro grupos que sofreram perseguição política, sendo eles: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Grupo dos Onze, a Ação Popular (AP) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). E, por fim, o capítulo 22 (“As graves violações na população rural”) trata especificamente das violências nesse meio como diretamente ligadas à perseguição contra o Grupo dos Onze, e há o seguinte trecho:

As violações no meio rural aconteceram em função da organização dos chamados Grupo dos Onze, brizolistas que pretendiam se organizar para defender o governo de João Goulart. Mais de duzentos catarinenses foram presos em 1964, acusados de pertencerem ao Grupo dos Onze. As cidades que mais sofreram este tipo de repressão situam-se no oeste do Estado catarinense, área de pequenas propriedades agrícolas. Foram todas prisões ilegais, sem ordem judicial em: Araquari, Caçador, Campos Novos, Caxambu do Sul, Chapecó, Dionísio Cerqueira, Irineópolis, Ituporanga, Joaçaba, Lages, Luzerna, Mafra, Matos Costa, Videira, Xanxerê e Porto União – fronteira com o Paraná. A repressão foi dirigida pelo 5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado 5º B E CMB – BLD. Comandado pelo General de Brigada Dario Coelho. Em abril de 1964, ele ordenou a prisão e indiciou 230 pessoas nas

7 Segundo Yan Carreirão (1988), o PTB em Santa Catarina sempre esteve atrás da UDN e PSD em questão de números eleitorais, vindo a crescer em nível municipal a partir de 1950, elegendo 8 prefeitos e 45 vereadores pelo estado. Em 1960, foi capaz de eleger 2 prefeitos sozinho e 12 em coligação com o PSD, e já se organizava em 80% do estado.

idades de Porto União, Major Costa, Canoinhas e Irineópolis. Ele indiciou também no inquérito: Leonel Brizola, Getúlio Vargas e Fidel Castro. (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE PAULO STUART WRIGHT, 2014, p. 14).

A Comissão Nacional da Verdade foi responsável por trazer à tona inquéritos policiais militares (IPMs), que se encontravam na biblioteca da Ordem dos Advogados do Brasil (de Luca, 2014, p.111). O inquérito mencionado da CEV-SC se encontra digitalizado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e se trata de um documento confidencial do Serviço Nacional de Informações (SNI), datado de 10 de janeiro de 1984, com os dizeres: “Assunto: ATIVIDADES SUBVERSIVAS EM LAGES/SC”. Apesar de ser datado como de 84, se trata de um registro de implantação de banco de dados no SNI de um inquérito produzido em 1964, contra os brizolistas acusados de subversão assim que o golpe estourou.

O arquivo disponível no SIAN tem 82 páginas, contando com a implantação no banco de dados do SNI em 1985 e documentação relacionada ao inquérito, que contém fichas dos indiciados, relatório sobre o processo e a sua solução. Contém, também, no documento uma relação com o nome de 14 acusados de subversão. O ponto de se analisar este documento é o caráter das acusações para com os indivíduos, centrando-se, quase que exclusivamente, na suposta participação nos Grupos dos Onze e de manterem relações ou apoiar Leonel Brizola, propagar ideias trabalhistas ou apoiar o PTB. O relatório da CEV-SC data o inquérito como sendo de abril de 1964, ou seja, logo após o golpe. O encarregado, General de Brigada Dario Coelho, assina e é responsável pelo encaminhamento, em 06 de junho de 1964, de documentos que supostamente comprovam as atividades subversivas dos acusados. Na página do documento disponível no SNI se encontra esse encaminhamento e contém os dizeres:

1. Tenho a honra de passar às mãos de V Excia a documentação anexa, extraída dos autos do I.P.M., instaurado em LAGES-SC, sede do 2o B Rv, que comprova as atividades subversivas dos seguintes indiciados.

São citados os nomes dos indiciados, sua ocupação e cidade de origem. E continua:

2. Os indiciados citados nas letras a, b, e d estão incurso nos artigos 7º § 1º e 10º do Ato Institucional, respectivamente. Quanto aos demais, estão todos incurso no artigo 10º do mesmo Ato, (suspensão) dos direitos políticos).

3. Quanto aos indiciados que são, ainda, funcionários estaduais e municipais, letra c, e, f e g, este Comando vai providenciar a remessa da documentação ao Governo do Estado de Santa Catarina, para efeito da aplicação do artigo 7o § 1º do Ato Institucional.

4. Todavia, como é evidente, todos esses indiciados estarão sujeitos ao processo, na Justiça Militar ou Comum, incurso na Lei de Segurança Nacional e no código Penal Militar,

5. Submeto à elevada consideração de V. Excia a aplicação do artigo 10º do Ato Institucional (cassação de mandato e direitos políticos) ao suplente de vereador ALCIDES CÓRDOVA, mencionado no/ item 2 da ficha de ALCIDES DINIZ SCHMIDT. o qual foi co autor (artigo da L.S.N.), na formação do “Grupo de 11”, em PONTE ALTA-SC

Fica claro, a partir desses fragmentos do documento, o teor das acusações, resumidas a “atividades subversivas”, e a maneira pela qual a repressão passou a ser amparada e institucionalizada, visto que nesses trechos é citada a Lei de Segurança Nacional — artifício utilizado por agentes da lei (juízes e promotores) que atuavam nos casos de acusações dentro do regime para decidir o que era ou não subversivo, buscando legitimar e legalizar a repressão a julgamento individual (Pereira, 2005, p. 46). Além disso, é usado também, o Ato Institucional como forma de legitimar as acusações, visto que o inquérito foi produzido em abril de 1964, e o primeiro Ato Institucional (AI-1) fora promulgado poucos dias após o golpe e passava por cima da constituição, dando início a uma caça às bruxas aos supostos comunistas subversivos (Pereira, 2005, p. 51.) Fica claro como a repressão esteve presente desde o início, e o tom do regime que se seguiria.

Além disso, no tópico 5, no trecho visto, há o pedido de cassação do mandato de Alcides Córdova, pelo fato de ter sido acusado de ser “co-autor na formação do Grupo dos 11”, como mencionado na ficha de Alcides Diniz. A ficha de Alcides Diniz é uma das presentes no documento e contém dados colhidos sobre ele até o dia 3 de junho de 1964, como consta na primeira página de sua ficha, como local de trabalho, estado civil e data de nascimento. Em sua ficha, assim como nas dos demais, há 4 tópicos explicando o teor das suas supostas atividades que teriam comprovado seu envolvimento em atividades subversivas, sendo eles:

1. TENDÊNCIAS: pertenceu a diversos partidos políticos como eleitor e atualmente pertence ao Partido Trabalhista Brasileiro. Tem princípios reformistas. Organizou um dos chamados grupos dos onze com a finalidade de apoiar ou forçar as preconiza as reformas do ex Presidente João Goulart e ex Deputado Leonel Brizola, principalmente a Agrária.. Elemento sem nenhuma expressão e sem nenhum esclarecimento.

Nesse tópico, ao longo das fichas dos vários indiciados, descrevem-se justamente as tendências políticas e supostas intenções em atividades de subversão ou algum nível de comprometimento ideológico com algum movimento de esquerda, alvo do regime instaurado. É interessante destacar que fazer parte do PTB é colocado como um dos motivos de ser acusado de subversão, assim como ter “princípios reformistas”, fazendo referência às reformas de base, por diversas vezes colocadas como uma das causas da direita ter se levantado contra o governo

Jango. Além disso, é acusado de ter organizado um dos Grupos dos Onze. Em seguida, nos próximos tópicos:

2. **CONTATOS:** Manteve estreitos contactos com o Pr Ariovaldo Caon na cidade de Lages,SC,ao qual lhe fez entrega da 1 via da ata da organização de um dos chamados grupos dos onze para ser remetida ao Comando Nacionalista. Com o Professor Lineu Batista, no Distrito de Otacílio Costa, Município de Lages,SC, que o orientou e o instruiu para a formação do grupo dos onze. Com Alcides Córdova, suplente de Vereador a Câmara Municipal de Vereadores de Curitibaanos, em Ponte Alta do Sul, Município de Curitibaanos, SC, que também teria organizado um grupo dos onze, isto segundo afirmações de Alcebíades Diniz Schmidt que declara ter feMo entrega da respectiva ata ao Dr Ariovaldo Caon,acima referido. Ligeiro contato por uma só vez com o Sr Lucas Wolppi era Curitibaanos,ao qual pediu esclarecimentos sobre a finalidade dos grupos dos onze e a ficha para a organização dos mesmos e que lhe prometera de remetê-la pelo correio

3. **ATIVIDADES:** Elemento de pouca atividade, pois, conseguiu organizar um dos chamados grupos dos onze, enganando os seus componentes que éra exclusivamente para a reforma Agrária e para combater o comunismo. Entretanto, defendeu as reformas pregadas pelo Sr João Goulart e Leonel Brizola, em carater violento. Confiava na distribuição gratuita de colônias de terras. Elemento de nenhuma expressão, fazendo crer que foi enganado ou serviu de instrumento de algum Chefe.

E, por fim, no último tópico:

4. **ENQUADRAMENTO:** Acha-se incurso nos Art.2º § III e 24º da Lei 1802/93. Proposto para serem cassados os direitos políticos: independentemente da ação penal que lhe será imposta de acôrdo com o Art. IOº § único do ATO INSTITUCIONAL DO COMANDO SUPREMO REVOLUCIONÁRIO

Portanto, a ficha de Alcides Diniz, usada como exemplo, retrata bem o caráter das acusações, relacionando a suposta atividade em Grupos dos Onze, o apoio à Brizola e João Goulart e o apoio às reformas de base, em especial a agrária. Estas acusações, ilustram o argumento construído ao longo do artigo que relaciona a repressão sofrida pelos grupos nacionalistas de Brizola no estado de Santa Catarina com uma retórica construída e fomentada por setores da direita e pelos militares golpistas como forma de legitimar suas ações, alegando salvar o país de um caos da esquerda. Sendo a ficha analisada apenas uma das que constam no documento do IMP, as demais fichas dos outros acusados seguem a exata mesma linha de raciocínio, e são acusados de pertencerem aos grupos, apoiarem ideias reformistas e nacionalistas, de manter contato com outros membros e de demonstrarem apoio ou simpatia pela figura de Leonel Brizola.

## **Considerações Finais**

Diego Pacheco (2014) cita a perspectiva de Gláucio Ary Soares, que evidência o forte discurso anticomunista na retórica dos militares e das direitas apoiadoras do golpe como uma das forças essenciais para o mesmo ter acontecido àquela altura. Ao mesmo tempo, cita a ideia de Argelina Figueiredo, que responsabiliza a radicalização de alguns setores da esquerda e a sua intensificação na luta pelas reformas como fatores enfraquecedores do governo de Goulart. Esses fatores teriam, então, possibilitado o golpe ao provocar um “alarmismo vermelho” nas classes mais favorecidas e nos setores religiosos, o que acabou por fortalecer as forças armadas em sua retórica a favor do golpe (Pacheco, 2014, p. 29-30). Ainda que usar do anticomunismo e da radicalização das esquerdas como principais motivadores do golpe seja uma forma simples demais de explicar o fenômeno como um todo, é inegável que este forte discurso de combate ao perigo comunista foi ferramenta de parte da direita e dos organizadores do golpe para justificar o mesmo, ao se colocarem como defensores contra a ameaça comunista iminente, como coloca Napolitano (2014). Além disso, é inegável, também, que a luta pelas reformas, em especial a agrária, tenha colocado nos trabalhadores, petebistas e nos próprios Grupos dos Onze, um alvo nas costas ao serem enquadrados como parte dessa ameaça.

O fato é que, como se pode perceber ao analisar poucas passagens do documento que trata do inquérito contra membros dos Grupos dos Onze em Lages, no estado de Santa Catarina, é possível perceber, como o fato se estar relacionado às pautas reformistas — como a reforma agrária citada ao longo deste artigo —, motivou a perseguição aos adeptos dos grupos, colocando-os como subversivos, isso sem contar a simples ligação de alguns acusados para com a figura de Brizola e suas ideias nacionalistas. Fica evidente, também, nas menções à Lei de Segurança Nacional e ao Ato Institucional, os apoios usados pelos militares para, através dessas, legitimar e legalizar a repressão, como Anthony Pereira (2005) argumenta. Dessa forma, a menção deste documento na Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright se faz importante por lembrar, por meio da memória, os artifícios utilizados pelo Estado como forma de repressão para com uma população que lutava por seus direitos ao acusá-las de serem comunistas e subversivos, a fim de legitimar seu golpe e seu regime como um todo.

## Fontes

ATIVIDADES SUBVERSIVAS EM LAGES SC. Código de Referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN.84004659. Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=1959879&v\\_aba=1](https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1959879&v_aba=1).

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE PAULO STUART WRIGHT. Relatório Final. Florianópolis: ALESC, 2014. Disponível em: [Estaduais — Arquivo Nacional » Memórias Reveladas](#).

## **Bibliografia**

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina, 1945-79. 1988.** 289 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988.

DE LUCA, Derlei Catarina. Relato: A BUSCA DA VERDADE. **Fronteiras: Revista Catarinense História**, n. 24, 2014, pp. 110-114.

GRISOLIO MENDES, Lilian Marta. Aliança e recompensa: a política de alinhamento do Governo Dutra nos primórdios da Guerra Fria no Brasil. DOI10.5216/o.v12i2.18336. **OPIS**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 106–124, 2012. DOI: 10.5216/o.v12i2.18336.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964).** 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PACHECO, Diego. Derrotados e usurpados: os grupos dos onze companheiros. In: BRANCHER, Ana; LOHN, Reinaldo L. (org.). **Histórias na Ditadura: Santa Catarina (1964-1985).** Florianópolis: Editora da Ufsc, 2014. p. 61-87.

PACHECO, Diego. **ECOS DA RESISTÊNCIA: Os Grupos dos Onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961 – 1964).** 2012. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012

PACHECO, Diego. **Os Times do Povo: os grupos dos onze companheiros em Santa Catarina.** Curitiba: Prismas, 2014. 237 p.

PACHECO, Diego. Os Times do Povo: Os grupos dos onze e a memória trabalhista em Santa Catarina. **Visão Global**, Joaçaba, v. 14, n. 2, p. 229-250, jul/dez. 2011.

PEREIRA, Anthony. **Ditadura e Repressão: Autoritarismo e estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. “Utopia e agonia do governo Jango”, in: 1964: **história do regime militar brasileiro.** São Paulo, Contexto, 2014.

SILVA, Claiton Marcio da; RIGO, Carla Aparecida. Da conciliação trabalhista à resistência brizolista: o partido trabalhista brasileiro (ptb) na região oeste de Santa Catarina (1950-1965). **Revista Cadernos do Ceom**, [S.L.], v. 32, n. 50, p. 47, 5 jun. 2019.